

Nota aos Departamentos de Antropologia e Ciências Sociais

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia vem se dirigir aos departamentos de Antropologia e de Ciências Sociais em relação aos editais de concurso para provimento de cargo de professor de Antropologia nas diversas instituições de ensino superior no Brasil. Reiteramos, em concreto, a preocupação já expressada pela ABA em outras ocasiões perante o fato de que, em alguns desses editais, continua a ser feita a exigência de graduação em Ciências Sociais, para além do título de doutor ou mestre em Antropologia ou áreas afins.

Até hoje nenhum programa de pós-graduação em Antropologia requer dos candidatos ao mestrado ou doutorado que tenham cursado graduação em Ciências Sociais. Por tanto, exigir essa formação nos concursos para professor universitário da área cria uma situação, no mínimo, paradoxal. Como explicar o fato de aceitarmos formar mestres e doutores provindos de diferentes áreas, mas, uma vez formados em Antropologia, nos resistirmos a reconhecê-los plenamente como antropólogos? Por que excluímos da disputa das vagas docentes candidatos formados em nossas pós-graduações e que tiveram, por nós mesmos e nossos pares alhures, certificada sua competência na área? Por que restringirmos com requisitos como esse o exercício pleno da profissão de antropólogo no campo da docência universitária?

Dita exigência, é preciso dizer, também se mostra em clara contradição com a história de uma disciplina como a Antropologia – criada, desenvolvida e sustentada em boa parte, dentro e fora do Brasil, por pessoas formadas originalmente em outras áreas. Basta ver a composição passada e presente do corpo docente nos cursos de pós-graduação em Antropologia, por exemplo, para constatar a presença de professores e pesquisadores de reconhecida excelência, formados inicialmente em outras áreas. Qualquer prática excludente nesse sentido, vai claramente na contramão da dinâmica de produção de conhecimentos na nossa área, a empobrecendo e limitando sua criatividade.

Essa Comissão enfatiza o posicionamento já adotado pela ABA em 2005, 2007, 2011 e 2013 e solicita respeitosamente a todos os departamentos de Antropologia e de Ciências Sociais que seja abandonada a prática de se exigir diploma de graduação em Ciências Sociais nos editais de concurso para professor assistente ou adjunto em Antropologia. Da mesma maneira, que não se limite o título de mestre e/ou doutor unicamente à Antropologia, mas que se contemplem também as Ciências Humanas e áreas afins, sob o prejuízo não apenas de uma boa escolha para o provimento da vaga, mas do próprio entendimento da ABA de quem pode ser considerado antropólogo no Brasil.

Brasília, 08 de maio de 2019.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA e sua Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia